

Artigo original

## Estudo populacional para avaliar a adesão às medidas de saúde pública e seu impacto na pandemia de covid-19

**Breyner Rodrigues da Silva Júnior<sup>[1]</sup> , Juan Felipe Galvão da Silva<sup>[1]</sup> , Fábio Morato de Oliveira<sup>[1]</sup> , Edlaine Faria de Moura Villela<sup>[2]</sup> **

<sup>[1]</sup> Curso de Medicina | Universidade Federal de Jataí. Jataí-GO, Brasil

<sup>[2]</sup> Coordenadoria do Controle de Doenças | Secretaria de Estado da Saúde. São Paulo-SP, Brasil

### Autor para correspondência

Fábio Morato de Oliveira

E-mail: fabiomorato@ufj.edu.br

Instituição: CM | UF | Jataí-GO

Endereço: Rua Riachuelo, nº 1530 - Setor - Samuel Grahán. CEP: 75804-020. Jataí-GO, Brasil

---

Estudo populacional para avaliar a adesão às medidas de saúde pública e seu impacto na pandemia de covid-19

Júnior BRS, Silva JFG, Oliveira FM, Villela EFM

## RESUMO

A pandemia de covid-19 tanto impactou a economia quanto foi impactada por ela. **Objetivos** – Este trabalho objetivou compreender a relação entre a vida profissional dos brasileiros e seu nível de adesão às medidas restritivas impostas pelo governo durante a pandemia, a fim de elucidar essa problemática e fornecer mais informações aos gestores. **Material e métodos** – Para isso, foram analisados os dados do questionário do projeto ICPCovid compartilhado virtualmente no primeiro semestre de 2020, sendo tal análise embasada na literatura publicada recentemente sobre o tema. **Resultados:** Ao todo, foram entrevistadas 23.896 pessoas, das quais 5.235 (21,9%) afirmaram ser trabalhadoras autônomas; 7.748 (32,4%) alegaram não estar trabalhando em casa no momento da entrevista e, quando questionadas sobre o motivo, 3.974 (16,6%) disseram que não podiam devido ao tipo de profissão. **Discussão:** Nesse sentido, observou-se uma elevada porcentagem de brasileiros entrevistados que não podiam exercer trabalho remoto, tanto pela alta taxa de informalidade do mercado de trabalho, em torno de 40%, segundo o IBGE (2021), quanto pela incapacidade dos menos qualificados de se adaptarem às exigências sanitárias trazidas pela crise pandêmica. Ademais, notou-se diferenças significativas nos números da covid-19 entre as diferentes regiões brasileiras, com destaque para o Norte e o Nordeste. Apesar de menos favorecidos socioeconomicamente, ambos apresentaram, no período analisado, melhor desempenho que as outras regiões. **Conclusão:** Uma parcela significativa da população brasileira expôs sua saúde a maiores riscos devido à profissão exercida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia, pandemias, covid-19, Brasil, análise transversal.

ABSTRACT

The covid-19 pandemic has both impacted and been impacted by the economy. Objectives: This study aimed to understand the relationship between the work life of Brazilians and their level of adherence to restrictive measures imposed by the government during the covid-19 pandemic. **Material and Methods:** We have analyzed some data from the ICPCovid project questionnaire, shared online in the first half of 2020. The analysis is based on recently published literature on the subject. **Results:** Altogether, 23,896 people were surveyed; 5,235 (21.9%) of which declared to be self-employed; 7,748 (32.4%) claimed not to be working from home at the time of the survey; and, when asked why, 3,974 (16.6%) said the nature of their job did not make remote work possible. **Discussion:** We could observe that a high percentage of the surveyed Brazilians could not work remotely. Such can be justified both by the high informality rate in the Brazilian labor market, around 40% according to IBGE (2021), and the inability of unskilled workers to adapt to the health requirements the pandemic brought about. Moreover, we could notice significant differences in the pandemic numbers among the distinct Brazilian regions, especially in the North and Northeast; which, despite being the most socioeconomically disadvantaged regions, showed better numbers on the pandemic than other regions, in the considered period. **Conclusion:** A considerable portion of Brazilians put their health at greater risk due to their job.

**KEYWORDS:** Economy, pandemics, covid-19, Brazil, cross-sectional analysis.

## INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus (sars-cov-2), iniciada no fim de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, gerou uma crise em saúde pública sem precedentes na história recente da humanidade.<sup>1</sup> Uma das áreas mais impactadas foi a econômica, a ponto de especialistas como Kristalina Georgieva, diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), afirmar que o mundo vive a pior crise econômica desde a Grande Depressão, em 1929.

Isso porque as medidas de proteção contra a covid-19, doença provocada pelo vírus pandêmico, incluíram, além do distanciamento social ampliado e da conscientização da população acerca de cuidados pessoais (uso de máscaras faciais, etiqueta respiratória e higiene das mãos), intervenções restritivas sobre o comércio e serviços, afetando as atividades profissionais e, por consequência, diretamente a economia. Entre essas intervenções esteve a proibição periódica do funcionamento de estabelecimentos comerciais, necessidade de trabalho remoto (home office) e contenção da circulação de pessoas, de aglomerações e de viagens nacionais e internacionais, entre outras.<sup>1</sup>

No caso de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil, as consequências dessas medidas foram ainda mais intensas, atingindo, em especial, as populações em vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no início da pandemia, a perda média de renda dos trabalhadores informais foi de 81% na África e na América Latina.<sup>2</sup>

## OBJETIVOS

Um importante questionamento deve ser levantado: qual o impacto da vulnerabilidade econômica e social sobre a adesão da população às medidas restritivas impostas pelos governos?

Essa questão necessita ser compreendida porque que muitos brasileiros, na impossibilidade de realizar um trabalho remoto, podem ter sido expostos ao sars-cov-2, elevando o potencial de disseminação do vírus, na busca por seu sustento e o de suas famílias, que dependiam financeiramente deles. Tal problemática foi observada no estudo de Natividade et al. (2020)<sup>3</sup>, que apontou um menor nível de isolamento em bairros de menor renda. Nesse sentido, urge analisar cientificamente esse complexo cenário, sobretudo em um país tão heterogêneo como o Brasil.

Assim, o objetivo deste artigo é compreender o impacto da pandemia de covid-19 na economia brasileira no que se refere ao nível de adesão da população às medidas restritivas impostas pelos níveis de governo federal e subnacionais.

## MÉTODO

Este é um estudo descritivo transversal, realizado entre agosto de 2020 e agosto de 2021. Foi feita a análise dos dados obtidos em uma seção do questionário do projeto de pesquisa internacional “International Citizen Project Covid-19” (ICPCovid\*) composto por 15 questões relativas à vida profissional dos participantes, durante a pandemia. Ademais, para embasar tal análise, também foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema.

Foram utilizadas como base para o desenvolvimento desse projeto as questões das seções 1 e 3. Na seção 1 indagou-se acerca de idade, sexo, região brasileira e estado de residência, nacionalidade, país de origem, religião, nível educacional máximo, estado civil, compartilhamento da moradia com outros indivíduos (e suas características como parentesco e idade), localização da moradia na cidade e o tipo de ambiente em que vivia naquele momento.

Já na seção 3, cujo enfoque era a atividade laboral no período pandêmico, foram feitas perguntas sobre o tipo de ocupação; se profissional ou estudante da área da saúde; condições de trabalho e estudo naquele momento; dias da semana nos quais ia para a escola/faculdade ou trabalho; quantos dias foi para tais lugares fisicamente na semana anterior à participação na pesquisa; se estava trabalhava em casa no dia em que respondeu ao questionário e, em caso de resposta negativa, o porquê. Por fim, qual o meio de transporte utilizado para ir ao trabalho.

## RESULTADOS

Inicialmente, é importante demonstrar, as principais características sociodemográficas da população que respondeu ao questionário do projeto ICPCovid. Ao todo, 23.896 brasileiras e brasileiros participaram da pesquisa. A média de idade foi de 47,4 anos e 71,8% dos entrevistados eram do sexo feminino. Viviam principalmente no Sudeste (61,2%), seguido do Sul (15,3%), Centro-Oeste (11,3%), Nordeste (10,5%) e Norte (1,4%). Os dois estados com maior representatividade foram São Paulo (32,1%) e Minas Gerais (16,6%). Quanto ao nível educacional máximo, 57,6% afirmaram possuir pós-graduação e

31,8%, graduação. Em relação à moradia, 54,6% alegaram viver na área central das suas cidades, 19% na periférica, 2,6% em zona rural e 23,8% em bairros populares.

O primeiro questionamento utilizado neste estudo, na seção 1, foi: “Qual é a sua ocupação?” Do total, 938 (3,9%) participantes afirmaram estar desempregados; 1.551 (6,5%) eram estudantes; 5.235 (21,9%) disseram ser profissionais autônomos; 7.028 (29,4%) trabalhavam para o governo e 5.200 (21,8%) para uma pessoa ou empresa; 3.944 (16,5%) marcaram a opção nenhuma das anteriores. O segundo, que compunha a seção 3, indagava: “Quais as suas condições de estudo e trabalho atuais?” Responderam trabalhar em casa 9.894 (41,4 %) participantes; em espaço aberto 1.464 (6,1%); em espaço fechado com várias pessoas 5.697 (23,8%) e em espaço fechado sozinho 1.847 (7,7%); 4.994 (20,9%) participantes responderam que a questão não se aplicava a eles, pois estavam em situação de desemprego ou eram estudantes.

O terceiro questionamento colocava a pergunta: “Você está trabalhando em casa hoje?” De todos os entrevistados, 7.748 (32,4%) responderam que não, enquanto 12.216 (51,1%) que sim; para 3.932 (16,5%) participantes a pergunta não se aplicava pelo fato de estarem desempregados ou serem estudantes. O quarto questionamento – “Por que você não está trabalhando em casa?” – foi direcionado para todos que responderam “não” para a terceira pergunta. Assim, dos 7.748 (100%) respondentes, 3.974 (51,3%) alegaram que a natureza do seu trabalho não permitia home office; 548 (7,1%) disseram que era possível, mas não foi permitido pelo empregador; 1.699 (21,9%) afirmaram que estavam em casa, mas não trabalhando; 77 (1,0%) não achavam que sair de casa fosse um risco; 301 (3,9%) tinham de sair de casa para ganhar dinheiro e sustentar suas famílias; e, por fim, 1.149 (14,8%) responderam ter outro motivo.

Além desses resultados, é necessário destacar os dados referentes à pandemia obtidos até agosto de 2021 por meio do Painel Coronavírus4, disponibilizado virtualmente pelo Ministério da Saúde. Na primeira coleta, realizada na segunda semana de agosto de 2020, foi possível observar que o Nordeste tinha 1.018.476 casos e o Norte, 473.725. Já os dados de agosto de 2021 mostravam a ocorrência de 1.798.297 casos na região Norte, incidência de 9756,9 casos e mortalidade de 246,1 casos, ambas por 100 mil habitantes. O Nordeste, por sua vez, tinha 4.668.372 casos, incidência de 8179,8 e mortalidade de 198,7 casos por 100 mil habitantes.

**Tabela 1.** Respostas à pergunta “Qual é a sua ocupação?” do questionário ICPCovid, Brasil, 2020.

	<b>N</b>	<b>%</b>
Desempregado	938	3,9%
Estudante	1.551	6,5%
Profissional autônomo	5.235	21,9%
Trabalha para o governo	7.028	29,4%
Trabalha para uma pessoa ou empresa	5.200	21,8%
Nenhuma das anteriores	3.944	16,5%
<b>Total</b>	<b>23896</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria

**Tabela 2.** Respostas à pergunta “Quais as suas condições de trabalho ou estudo atuais?” do questionário ICPCovid, Brasil, 2020.

	<b>N</b>	<b>%</b>
Trabalho em casa	9.894	41,4%
Trabalho em um espaço aberto	1.464	6,1%
Trabalho em um espaço fechado com várias pessoas	5.697	23,8%
Trabalho em um espaço fechado sozinho	1.847	7,7%
Não se aplica (desempregado ou estudante)	4.994	20,9%
<b>Total</b>	<b>23.896</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria

**Tabela 3.** Respostas à pergunta “Você está trabalhando em casa hoje?” do questionário ICPCovid, Brasil, 2020.

	<b>N</b>	<b>%</b>
Não	7.748	32,4%
Sim	12.216	51,1%
Não se aplica	3.932	16,5%
<b>Total</b>	<b>23.896</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria

**Tabela 4.** Respostas à pergunta “Você está trabalhando em casa hoje?” do questionário ICPCovid, Brasil, 2020.

	N	%
Com o que trabalho, não é possível	3.974	51,3%
É possível, mas não foi permitido pelo meu empregador	548	7,1%
Eu estou em casa, mas não trabalhando	1.699	21,9%
Eu não penso que sair de casa seja um risco	77	1,0%
Eu tenho que sair de casa para ganhar dinheiro e sustentar minha família	301	3,9%
Outro	1.149	14,8%
<b>Total</b>	<b>7.748</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria

## DISCUSSÃO

Em relação à ocupação dos entrevistados, foi possível constatar que uma significativa parcela era de profissionais autônomos (21,9%), portanto mais vulneráveis a situações de crise econômica e sanitária, como a atual ([Tabela 1](#)). Esse achado corrobora Costa (2020),<sup>5</sup> segundo quem a pandemia precarizou vários tipos de serviços. Ademais, a situação daqueles que trabalhavam para uma pessoa ou empresa (21,8%) não se distanciava muito da dos autônomos, visto a grande chance de a renda de seu empregador ter caído, ocasionando cortes de gastos pela redução da remuneração ou por demissões. Esse foi o caso, por exemplo, do início da crise nos Estados Unidos, onde em apenas duas semanas a pandemia levou ao desemprego 10 milhões de pessoas.<sup>6</sup>

Assim, nota-se a necessidade e a importância de políticas públicas que auxiliem financeiramente tanto empresas quanto indivíduos, especialmente no Brasil, um país repleto de pequenos e microempreendedores. Tal entendimento vai ao encontro do que afirmam Lima e Freitas (2020):<sup>7</sup> o auxílio estatal foi fundamental para impedir o fechamento de várias empresas. Os autores, contudo, fazem um alerta acerca do risco da emissão exagerada de papel moeda pelo Estado, uma vez que esse comportamento pode levar a um desequilíbrio fiscal e, conseqüentemente, ao aumento veloz da inflação. Por isso, eles recomendam privatizações e concessões a fim de financiar os gastos com políticas públicas de apoio financeiro.

Quando questionados sobre as condições de trabalho/estudo, 41,4% dos entrevistados afirmaram que exerciam suas atividades laborais de casa, um número expressivo e que demonstra importante capacidade de adaptação de empregados e de empregadores às mudanças trazidas pela pandemia ([Tabela 2](#)). Logo, é possível apreender o quão significativo

foi esse esforço, pois tal adaptação da vida profissional muito provavelmente teve uma influência positiva sobre os números da pandemia, isto é, não permitiu que taxas de incidência, internações e mortalidade fossem ainda maiores. Em segundo lugar, a proporção de 23,8% de participantes que trabalhavam em locais fechados com várias pessoas foi outro dado que chamou atenção porque evidenciou o risco maior que determinadas profissões representam à saúde daqueles que as exercem em tempos de crise sanitária. Por isso, como afirmaram Dingel e Neiman (2020),<sup>8</sup> é essencial ao governo saber detalhadamente quais as profissões mais impactadas pela pandemia para que desenvolva políticas públicas direcionadas tanto a elas quanto às empresas que as concentram.

Já no que diz respeito às respostas para as indagações como “Você está trabalhando em casa hoje?” (não, sim ou não se aplica) e “Por que você não está trabalhando em casa?” (com o que trabalho, não é possível; é possível, mas não foi permitido pelo meu empregador; eu estou em casa, mas não trabalhando; eu não penso que sair de casa seja um risco; eu tenho que sair de casa para ganhar dinheiro e sustentar minha família; outros, 32,4% dos participantes afirmaram não estar trabalhando em casa durante a pandemia, dos quais 51,3% não estavam realizando seu ofício devido à natureza do trabalho que exerciam (Tabelas [3](#) e [4](#)).

Desse modo, pode-se compreender que uma porção considerável dos indivíduos que responderam à pesquisa estavam impedidos de realizar sua atividade laboral em casa, mesmo possuindo um grau educacional elevado. Isso porque, entre todos os entrevistados, 89,4% declararam possuir no mínimo uma graduação de nível superior. Essa realidade se distancia bastante da que é vivenciada pela maioria da população brasileira, uma vez que, de acordo com o IBGE9, apenas 17,4% dos brasileiros possuíam ensino superior completo em 2019. Além disso, segundo dados mais recentes, cerca de 40% dos integrantes do mercado de trabalho estão na informalidade. Logo, é provável que foi maior a porcentagem de brasileiros que não puderam exercer seu trabalho em casa durante períodos de distanciamento social mais intenso, como ocorreu no início da pandemia. Isso pode ter influenciado o desenvolvimento mais acentuado da crise sanitária, que poderia ser ainda pior caso o auxílio emergencial não fosse disponibilizado pelo governo federal.

Outro fato significativo relacionado ao tema pandemia e mercado de trabalho foi a intensificação da onda pandêmica, no início de 2021, em Manaus, que pode ter sido favorecida pela atividade profissional de seus moradores. Essa correlação é possível quando se observa que cerca de três semanas antes da situação sanitária na capital amazonense atingir patamares extremamente críticos, como falta de leitos hospitalares, de cilindros de oxigênio e de espaço nos cemitérios, ocorreu uma grande manifestação popular contra

o fechamento do comércio, imposto pelo governo local como estratégia de contenção da pandemia<sup>10</sup>. Ademais, nesse período, tal aglomeração também pode ter favorecido a disseminação da variante P.1 do sars-cov-2, descoberta por pesquisadores do Instituto Leônidas e Maria Deane da Fundação Oswaldo Cruz (ILMD/Fiocruz Amazônia), que teve participação relevante no recrudescimento pandêmico em Manaus. Nesse caso específico, fica evidente o papel importante da vida profissional na falta de adesão a medidas restritivas, como o distanciamento, e, conseqüentemente, a intensificação da covid-19.

O avanço pandêmico evidencia grande preocupação. Em uma primeira análise, Nordeste e Norte apresentaram o segundo (1.018.476) e o terceiro (473.725) maiores números de casos da doença, até a segunda semana de agosto de 2020. De acordo com Demenech et al. (2020),<sup>11</sup> em razão de ambas as regiões possuírem reduzidos recursos financeiros, assim como os menores IDH do país (respectivamente, 0,663 e 0,667), esses parâmetros poderiam ter influenciado a disseminação do vírus. Com o desenrolar da crise sanitária, porém, essa relação apresentou tendência de enfraquecimento. Isso porque a região Norte, de acordo com os dados do Ministério da Saúde, de agosto de 2021, foi a que teve o menor número de casos confirmados desde o início da contagem (1.798.297) e a segunda menor incidência por 100 mil habitantes (9756,9). O Nordeste, apesar de ainda ser a segunda região com mais casos (4.668.372), possui a menor incidência (8179,8). Ou seja, as duas regiões mais desfavorecidas socioeconomicamente do país têm apresentado números melhores do que aquelas com economia mais pungente, como o próprio Centro-Oeste. O mesmo pode ser demonstrado na mortalidade por covid-19 a cada 100 mil habitantes, com o Norte e Nordeste apresentando as duas menores taxas (respectivamente, 246,1 e 198,7). Desse modo, não se observa impacto significativo da vida profissional dos habitantes de cada localidade com o avanço pandêmico.

Por fim, é válido destacar que países em desenvolvimento, onde a desigualdade econômica e social é historicamente elevada, como o Brasil, tenderam a sentir os efeitos da pandemia de uma maneira mais intensa e a revelar a vulnerabilidade das populações mais pobres. Nesse sentido, deve-se ressaltar a importância da implementação e aprimoramento de políticas públicas que garantam o direito humano à alimentação adequada dos cidadãos em contexto de pobreza.<sup>12</sup> No caso brasileiro, o auxílio emergencial não conseguiu englobar toda a população que necessitava da ajuda, atuando de maneira paliativa, uma vez que ofertou um valor mínimo para a sobrevivência de milhões de pessoas durante um período curto.

Nesse escopo, ponto importante no cenário da pandemia em território nacional foi o fato de que populações de baixa renda, distribuídas de forma heterogênea pelo país, foram as mais expostas ao vírus em razão das precárias condições do saneamento básico, nível de

acesso aos serviços de saúde, aglomeração urbana e dependência do transporte público.<sup>13</sup> Considerando, ainda, o trabalhador informal brasileiro e o dilema entre economia e saúde no contexto de pandemia, chega-se à constatação de que qualquer uma das duas opções, caso escolhidas em sua totalidade, sem uma real análise da situação por parte do governo e sem o uso de políticas públicas, acabará por ser prejudicial de alguma forma a milhões de brasileiros.

## CONCLUSÃO

Este estudo evidencia, principalmente, duas realidades na vida profissional da população ao longo da pandemia de covid-19 no Brasil. A primeira se refere à situação de fragilidade vivida pelos menos favorecidos e mais vulneráveis ao sars-cov-2 e à doença que ele provoca, a covid-19, os trabalhadores autônomos e informais e aqueles responsáveis por atividades estritamente presenciais. Como os dados do IBGE e da pesquisa ICPCovid mostraram, a parcela de brasileiros nessa situação é grande, o que dificultou a adoção de lockdowns mais intensos e duradouros. Indica, ainda, a necessidade de implantação de políticas públicas que assegurem condições dignas de vida àqueles trabalhadores cujas profissões foram mais impactadas pela pandemia, como o auxílio emergencial. Isso porque a falta de estabilidade econômica pode desfavorecer o cumprimento das principais medidas preventivas coletivas contra a doença.

A segunda situação que merece destaque diz respeito ao fato de que Norte e Nordeste, menos favorecidos socioeconomicamente, apresentaram números da pandemia melhores do que os das regiões mais favorecidas. Isso revela claramente a importante influência de outros fatores, além da vida profissional, sobre a adesão ou não a medidas restritivas impostas pelos governos locais e, conseqüentemente, sobre a disseminação do vírus.

Dessa forma, este trabalho colabora com o debate científico acerca da complexa relação entre pandemia e economia, para uma melhor compreensão do atual cenário brasileiro, capaz de orientar a tomada de decisão de vários agentes sociais (como o governo e a universidade), agora ou futuramente. Não restam dúvidas de que o uso de medidas restritivas é essencial para o controle da pandemia vivida, mas para tanto é preciso uma postura ativa do Estado brasileiro e de seus governantes. Isso significa dizer que é necessário criar políticas públicas eficientes que amparem os trabalhadores e as empresas em momentos de dificuldades sociais e econômicas, como o atual. A relação entre economia e saúde não deve ser encarada como uma queda de braço, pois ambas são fundamentais entre si e, por isso, espera-se que haja equilíbrio, reduzindo ao máximo número de vidas perdidas tanto para a pobreza quanto para o vírus.

## REFERÊNCIAS

1. Organização Pan-Americana de Saúde. Histórico da pandemia de COVID-19 [internet]. Washington; [mar 2020?] [acesso em mar 2022]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos>
2. International Labour Organization. ILO Monitor: COVID-19 and the world of work. 3rd edition. Updated estimates and analysis [internet]. Genève; 29 Apr 2020. p. 7-10 [acesso em 11 ago 2021]. Disponível em: [https://www.ilo.org/global/topics/coronavirus/impacts-and-responses/WCMS\\_743146/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/topics/coronavirus/impacts-and-responses/WCMS_743146/lang--en/index.htm)
3. Natividade MDS, Bernardes K, Pereira M, Miranda SS, Bertoldo J, Teixeira MG et al. Distanciamento social e condições de vida na pandemia COVID-19 em Salvador-Bahia, Brasil [internet]. Ciênc. saúde coletiva. 2020;25(9):3385-3392 [acesso em 11 ago 2021]. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n9/3385-3392/pt/>
4. Ministério da Saúde (Brasil). Coronavírus Brasil. Painel coronavírus [internet]. Brasília; 2021 [acesso em 12 ago 2021]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>
5. COSTA SDS. Pandemia e desemprego no Brasil [internet]. Rev. Adm. Pública. Jul-Aug 2020;54(4):969-78 [acesso em 10 ago 2020]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200170>
6. Casselman B, Cohen P. A widening toll on jobs: “This thing is going to come for us all” [internet]. The New York Times, April 2 2020 [acesso em 10 ago 2020]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/02/business/economy/coronavirus-unemployment-claims.html>
7. Lima AVD, Freitas EDA. A pandemia e os impactos na economia Brasileira [internet]. Boletim Economia Empírica. Ago 2020;1(4):17-24 [acesso em 28 set 2020]. Disponível em: <https://portal.idp.emnuvens.com.br/bee/article/view/4773/0>
8. Dingel JI, Neiman B. How many jobs can be done at home? [internet]. Journal of Public Economics. 2020;189(1):1-8 [acesso em 15 set 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2020.104235>
9. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Educa. Conheça o Brasil – População Educação [internet]. Rio de Janeiro; [2019/2020?] [acesso em 12 ago 2021]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=Tamb%C3%A9m%20em%202019%2046%20C6,4%25%20o%20superior%20completo>

10. Centenas de pessoas fazem protesto em Manaus contra fechamento do comércio [internet]. Correio Braziliense; 26 dez 2020 [acesso em 11 ago 2021]. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2020/12/4897050-centenas-de-pessoas-fazem-protesto-em-manaus-contrafechamento-do-comercio.html>
11. Demenech LM, Dumith SC, Vieira MECD, Neiva-Silval L. Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil. Rev Bras Epidemiol. 2020;23(200095):1-12 [acesso em 8 mar 2021]. Disponível em: [www.scielo.br/j/rbepid/a/fm3gkNqTH9XS9nBfqcGwgfG/?lang=pt&format=pdf](http://www.scielo.br/j/rbepid/a/fm3gkNqTH9XS9nBfqcGwgfG/?lang=pt&format=pdf)
12. Pereira M, Oliveira AM. Poverty and food insecurity may increase as the threat of COVID-19 spreads [internet]. Public Health Nutrition. 2020;23(17):3236-40 [acesso em 8 mar 2020]. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition/article/poverty-and-food-insecurity-may-increase-as-the-threat-of-covid19-spreads/F2A468DCED3F63F17D21354E025E3C02>
13. Santos KOB, Fernandes RCO, Almeida MMC de, Miranda SS, Mise YF, Lima MAG. Labor, health and vulnerability in the COVID-19 pandemic [internet]. Cad. Saúde Pública. 2020;36(12):e00178320 [acesso em 8 mar 2021]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/W7bdfWDGNnt6jHCcChF6Tg/?lang=en>
14. Kramer A, Kramer KZ. The potential impact of the Covid-19 pandemic on occupational status, work from home, and occupational mobility [internet]. Journal of Vocational Behavior. 2020;119:103442 [acesso em 17 mar 2022]. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0001879120300671>
15. Organização Pan-Americana de Saúde. Ética & SARS-CoV-2 – Medidas Restritivas e Distanciamento Físico [internet]. Washington; 2020 May 14 [acesso em 2022]. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52143>
16. Coronavírus é pior crise econômica desde Grande Depressão, diz diretora do FMI. Valor; 9 abr 2020 [acesso em 8 mar 2020]. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/04/09/coronavirus-e-pior-crise-economica-desde-grande-depressao-diz-diretora-do-fmi.ghtml>

## Histórico

### Recebimento

05/03/2022

### Aprovação

02/09/2022

### Publicação

06/09/2022

## Como citar

Rodrigues da Silva Júnior B, Felipe Galvão da Silva J, Morato de Oliveira F, Faria de Moura Villela E. Estudo populacional para avaliar a adesão às medidas de saúde pública e seu impacto na pandemia de covid-19. Bepa [Internet]. 6º de setembro de 2022 [citado 30º de dezembro de 2022];19:1-26. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/BEPA182/article/view/38206>

## Acesso aberto



Estudo populacional para avaliar a adesão às medidas de saúde pública e seu impacto na pandemia de covid-19

Júnior BRS, Silva JFG, Oliveira FM, Villela EFM